

O Processo de Inserção dos Produtos Orgânicos na Alimentação Escolar do Município de Vitória, Espírito Santo

The Insertion of Organic Foods in the School Feed of Vitoria's Town, Espírito Santo

DUARTE, Daniel do N., Instituto Capixaba de Pesquisa Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER), danielduarte@incaper.es.gov.br

Resumo: Os mercados institucionais constituem potenciais espaços para inserção dos produtos orgânicos derivado do sistema de produção familiar. A partir de 2005 iniciou-se um trabalho entre vários parceiros juntos a prefeitura de Vitória no sentido de construir esse espaço. Para tanto foram realizados seminários de agroecologia, intercâmbios com agricultores, intercâmbio com educadores e estruturação de um plano de negócio. A partir de maio de 2007 os agricultores familiares de Santa Maria de Jetibá, Iconha através da Cooperativa de Alimentos Orgânicos do ES “O Broto” iniciaram as primeiras entregas dos alimentos orgânicos nas unidades de ensino.

Palavras-chave: alimentação escolar, produtos orgânicos, agricultores familiares, intercâmbios, comercialização.

Abstract: The institutional markets represent a potential space to enter of organic foods produced by small farmers. In 2005 started a work between many partners together with the Vitória city hall on the purpose to get this free space. For that, were promoted seminars about agroecology, meetings to exchange experiences between farmers and educators and building a business planning. In May 2007, the small farmers of Santa Maria de Jetibá and Iconha cities, through the Cooperative of Organic Products of ES called “O Broto”, started their first delivers of organic foods to the schools.

Keywords: school feed, organic products, small farmers, exchange, sale.

Introdução

Há vários anos, agricultores e agricultoras familiares do Espírito Santo vêm desenvolvendo modelos de agricultura que primam pelas várias dimensões da sustentabilidade, segundo os princípios agroecológicos citados, por exemplo, por CAPORAL & COSTABEBER (2000; 2002; 2004).

No Espírito Santo a abordagem da agricultura orgânica (BRASIL 2003) vem prevalecendo entre os agricultores e consumidores. De uma agricultura marginal, a agricultura orgânica passou a ser reconhecida pela sociedade como uma resposta à degradação ambiental, aos alimentos contaminados, o que trouxe uma melhor perspectiva às famílias rurais. Surgiu daí a necessidade de criar espaços de comercialização que pudessem responder à produção das famílias rurais de maneira justa e às necessidades dos consumidores de terem um produto saudável na mesa a preço justo. Vários caminhos foram tentados, alguns por meio dos espaços convencionais como, por exemplo, os supermercados; outros alternativos, como as feiras orgânicas, entrega de cestas, etc. Estes espaços, principalmente as feiras, estimularam novos grupos de agricultores a entrarem num processo de transição

agroecológica, surgindo daí grupos de agricultores orgânicos. Conseqüentemente, era necessário ampliar os espaços de comercialização que, de preferência, pudessem democratizar o consumo dos produtos orgânicos e garantir a segurança alimentar, principalmente da população de baixa renda (PEREZ 2004).

Desta forma, esse estudo visa socializar a experiência vivenciada no processo de construção sócio-educativa de consumo de produtos orgânicos, nas unidades de ensino da rede municipal de Vitória, Espírito Santo.

Material e métodos

Este trabalho foi realizado a partir de uma sistematização para descrever os resultados obtidos ao longo do processo de vivência da construção sócio-educativa do consumo de produtos orgânicos em seis unidades de ensino da rede municipal de Vitória: Escolas Municipais de Educação Fundamental Adão Benezath, Álvaro de Castro Mattos, Arthur da Costa e Silva, Orlandina D'Almeida Lucas e nos Centros Municipais de Educação Infantil Cecília Meireles, Denizart Santos.

Desenvolvimento

Em abril de 2005, iniciou-se uma articulação entre Prefeitura Municipal de Vitória, Incaper (Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural), Gerência de Agricultura Orgânica/SEAG e FETAES (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Espírito Santo), no sentido de organizar um debate sobre como ocupar os espaços do mercado institucional, especialmente o da alimentação escolar e de como incentivar os agricultores e agricultoras a atuarem como sujeitos no processo de produção e de comercialização de produtos orgânicos.

Em 24 de maio de 2005, um grupo de técnicos do Incaper, secretários municipais de algumas prefeituras, representantes dos sindicatos dos trabalhadores rurais e o representante da prefeitura de Vitória se reuniram em Alfredo Chaves, para principiar uma discussão sobre os mercados institucionais (merenda escolar, creches) como potenciais consumidores dos produtos de base ecológica dos agricultores familiares. Esta proposta inicial se desdobrou em várias ações, ampliando o leque de parceiros. Neste sentido a Gerência de Gestão Democrática da Secretaria Municipal de Educação de Vitória (GGD/SEME) e a Cooperativa Solidária de Alimentos Orgânicos do Estado do Espírito Santo “O Broto” se tornaram fundamentais na construção da proposta.

Seminários regionalizados de agroecologia, debates sobre a comercialização em feiras, intercâmbios entre agricultores, viagens interestaduais e participação em congressos foram algumas das ações desenvolvidas ao longo de dois anos no sentido de dar visibilidade aos processos agroecológicos desenvolvidos pelos agricultores e agricultoras familiares no Espírito Santo.

Paralelamente, para fazer o processo sócio-educativo ter viés rural e urbano, foram realizados intercâmbios campo-cidade envolvendo diretores, professores, merendeiras e associações de pais. Estes eventos tiveram como objetivo conhecer o modo de vida das famílias rurais, os sistemas de produção orgânicos, permitindo desta forma uma maior sensibilização, por parte dos educadores, sobre o modo de vida rural, suas relações sociais, culturais, ambientais. Além dos intercâmbios, foram realizados seminários sobre a inserção dos produtos orgânicos na alimentação escolar, viagens interestaduais, participação em congressos, seminários, etc. Em torno de 300 pessoas ligadas à área de educação participaram, em algum momento, destes eventos.

Concomitante ao processo de sensibilização de agricultores, educadores e técnicos, foi iniciado com apoio do Projeto DLS/GTZ e recursos FINEP um plano de negócio. Este plano visava conhecer os gargalos institucionais, burocráticos e estruturais para inserção dos produtos orgânicos na alimentação escolar. A partir daí ficou definido que em maio de 2007 seria iniciada a entrega dos alimentos em seis unidades de ensino, e que até o final do ano mais seis unidades entrariam no processo. Ficou definido que quatro associações de agricultores dos municípios de Iconha e Santa Maria de Jetibá seriam as primeiras na entrega dos produtos orgânicos. O esquema de recepção e entrega nas unidades de ensino seria feito através da Cooperativa Solidária de Alimentos Orgânicos do Estado do Espírito Santo “O Broto”.

Em 08 de maio de 2007 as primeiras remessas dos produtos orgânicos começaram a chegar às creches e escolas municipais da cidade de Vitória. Após três semanas foram entregues 27 tipos de frutas, legumes e hortaliças, num total aproximado de 2.400 kg. Foram beneficiadas em torno de 40 famílias rurais de quatro associações e em torno de 2000 alunos de seis creches e escolas municipais de Vitória.

A logística de entrega funciona da seguinte maneira: os produtos são levados pelas associações até as feiras orgânicas do município de Vitória onde são recolhidos pela “O Broto”. Posteriormente, eles são separados, pesados e armazenados até a segunda-feira, quando é realizada a distribuição nas escolas e creches.

Após essas primeiras experiências, agricultores, representantes das creches e escolas, nutricionistas, técnicos, representantes de “O Broto” acharam por bem retomar a discussão do Plano de Negócio e analisar os aspectos positivos e negativos e corrigir algumas imperfeições. Desta forma foi realizada no dia 22 de maio de 2007 uma oficina de avaliação e reajustes da qual temos a seguinte conclusão, segundo as avaliações dos 27 participantes: (a) as representantes das unidades de ensino avaliaram como positiva a qualidade, a entrega com antecedência, a aparência, o tamanho, a qualidade nutricional dos produtos e a satisfação dos alunos; (b) os aspectos negativos foram a falta de comunicação antecipada quando faltam produtos, atendimento parcial dos produtos, sistema de embalagem, falta de divulgação do projeto.

Os aspectos negativos levantados foram reagrupados e rearranjados num plano de ação no sentido de solucionar as pendências. Por fim, podemos concluir que a construção sócio-educativa ao longo do projeto foi extremamente positiva para o sucesso inicial. Percebe-se que os intercâmbios campo-cidade foram capazes de mudar o ponto de vista sobre a agricultura familiar e sobre o enfoque agroecológico. Ficou claro, também, que aquelas unidades de ensino que não participaram desta etapa são as que mais apontam dificuldades para executar o projeto no interior das escolas. Isto evidencia, portanto, que o sucesso do projeto não está no produto final, ou seja, no fato dos produtos orgânicos chegarem até as escolas, mas sim, no diálogo e na construção que se seguiram ao longo de dois anos através de seminários, reuniões, intercâmbios, congressos, envolvendo a comunidade escolar, associações de agricultores, técnicos e nutricionistas.

Referências

- BRASIL. Lei Nº 10.831, de 23 de Dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial da União, Brasília 24 dezembro de 2003, Seção 1, p 8.
- CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, RS. v.1, n.1, p.16-37, 2000.
- CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. Construindo uma Nova Extensão Rural no Rio Grande do sul. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, RS. v.3, n.4, p.10-15, 2002.
- CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. Agroecologia e extensão rural sustentável: Contribuições para promoção do desenvolvimento sustentável. Agroecologia: Enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável. Brasília:MDA,SAF,DATER-IICA, 2004, p. 95-120.

PEREZ, J. Agroecologia e mercados locais: o caminho através da economia popular solidária – Irati, 05 de agosto 2004.